

Teoria dos Jogos, cooperação social e ganhos subótimos: a experiência de moradores de Piúma/ES

Cristiano das Neves Bodart¹
Carlos Alberto Costa²

I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES GT 5 : Representação, Participação e Deliberação: desafios para a Teoria Política no século XXI

Resumo

O presente trabalho tem como estudo de caso a experiência que vem sendo desenvolvida em Piúma/ES, onde, por meio de mutirões comunitários, os moradores pavimentam suas ruas em parceria com o Poder Público Municipal. Recorremos a Teoria dos Jogos e da Escolha Racional a fim de buscar responder algumas questões referentes às motivações capazes de conduzir os indivíduos a tal ação coletiva. A metodologia adotada, além da revisão de literatura, foi a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas. Identificamos que a racionalidade dos indivíduos os levou a buscar um ganho subótimo, uma vez que a solução ótima era duvidosa. Optaram por romper com o jogo repetido da promessa política e apostaram em um novo jogo, mesmo não sendo essa a solução ótima. Foi possível identificar que tal ação criou uma sinergia participativa na comunidade.

Palavras-Chaves: Teoria dos Jogos; Dilema do Prisioneiro; Cooperação Social; Ganho Subótimo.

Game Theory, social cooperation, and suboptimal gain: The Experience of Resident of Piúma/ES

Abstract

This paper uses as a case study the experience under development in Piúma /ES, where, by means of joint community work efforts, the residents pave their streets in partnership with the municipal government. We draw on Game Theory and Rational Choice in order to try to answer some questions about the motivations that can direct individuals to such collective action. Besides a review of the literature, the methodology used was field work, carried out through interviews. We identified that the rationality of individuals led them to seek a suboptimal gain, since the optimal solution was doubtful. They opted to break with the repeated game of political promise and bet on a new game, even though this was not the optimal solution. It was possible to identify that such action created a participatory synergy in the community.

Key Words: Game Theory; Prisoner's Dilemma; Social Cooperation; Suboptimal Gain.

1. Introdução

¹ Licenciado em Ciências Sociais, mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades/UCAM e aluno especial do curso de doutoramento em Sociologia Política/UENF. Professor de Sociologia da Faculdade Novo Milênio/Vila Velha, ES. E-mail: cristianobodart@hotmail.com

² Cientista Social pelo Instituto de Ensino Superior e Pesquisa/UEMG, atualmente é professor da rede pública municipal de Piúma/ES. E-mail: costa.betinho1@hotmail.com

O presente trabalho tem como estudo de caso a experiência que foi desenvolvida em um bairro (Morro dos Baianos) periférico da cidade de Piúma/ES, esta localizada no sul do estado do Espírito Santo. A experiência em estudo trata-se de um mutirão comunitário, em parceria com o Poder Público Municipal, para a pavimentação das ruas de toda a comunidade.

Tal parceria se manifestou da seguinte forma: a Secretaria de Obras forneceu o material para a pavimentação e os moradores a executaram com suas próprias mãos, em formato de mutirão, tendo a participação de quase todos os moradores da comunidade, inclusive mulheres, jovens e crianças.

O presente artigo parte da seguinte indagação: o que levou os indivíduos a participarem desse mutirão?

Em entrevista, os moradores que participaram do mutirão, se mostraram informados quanto à obrigação do poder público local em realizar tais obras, uma vez que já pagam impostos relativamente altos (chegando a ser a terceira maior arrecadação de IPTU *per capita* do estado). Por que mesmo assim participaram de tal empreitada? Qual a racionalidade dessa ação?

A fim de buscar respostas satisfatórias para compreender a ação coletiva em torno de um bem público, especialmente no caso em estudo, julgamos adequado recorrer à teoria dos jogos e a Escolha Racional sob as bases do individualismo metodológico. O referencial teórico deste trabalho centra-se nas contribuições de Olson (1999), Hardin (1968), Coleman (1994), Budon (1979) e Elster (1994).

O presente artigo está dividido em quatro seções: a primeira seção trata-se desta introdução. A segunda refere-se a uma breve descrição do objeto em estudo. Na terceira seção são apresentadas as observações realizadas em torno do objeto, assim como um esforço teórico para a compreensão de tais observações. Por fim, na quarta seção, são efetivadas algumas considerações finais.

2. Delimitando o objeto em estudo

O estudo de caso centra-se na ação coletiva realizada no mês de dezembro de 2010. Tal ação se deu no bairro periférico de Piúma/ES, denominado Morro dos Baianos. Trata-se de uma comunidade com apenas seis ruas (Rua Santa Brígida, São José, Glória, do Café, Pedro e Maurício), totalizando cerca de quatro mil metros de ruas, todas pavimentadas nessa ação coletiva comunitária.

Piúma é um pequeno município do Espírito Santo, tendo aproximadamente 16 mil habitantes, localizado na Região Litoral-Sul, a cerca de 90 km de distância da capital do estado, Vitória. Trata-se do menor município do estado, em tamanho territorial. Devido às ofertas de emprego originadas com as ampliações da Samarco Mineração e a estagnação econômica do sul da Bahia, especialmente ligada à produção de cacau, muitos imigraram nas proximidades da Samarco Mineração. Mesmo estando cerca de 20 km de distância da Samarco, localizada no norte do município vizinho (Anchieta), Piúma acabou recebendo muitos desses imigrantes, dando origem a alguns bairros periféricos, como é o caso do Morro dos Baianos.

O estudo de centra-se na participação da comunidade Morro dos Baianos no mutirão para pavimentação das ruas do bairro. Tal pavimentação é parte de um projeto do executivo municipal, denominado “Plano Municipal de Calçamento de 60 ruas” (PMC60). De acordo com o secretário Executivo de Desenvolvimento desse município, o projeto foi lançado pelo Exmo. Prefeito no fim de 2010. A pretensão é calçar 60 ruas.

Tal plano chamou a atenção da população local por se tratar de um fato ainda não presenciado no município (volume relativamente grande de pavimentações). Mas o que tornou esse projeto, de certa forma, evidenciado na mídia capixaba foi a proposta do método do trabalho: mutirão em parceria com a população residente, onde esta participa diretamente com a mão-de-obra. Nessa parceria a Secretaria de Obras do município oferece, aos moradores interessados, os equipamentos e os materiais, além de coordenar os trabalhos para as pavimentações. O projeto ainda está em fase inicial, tendo sido calçado, até o momento, apenas algumas poucas ruas, entre elas todo o Morro dos Baianos.

Segundo o Secretário de Desenvolvimento do Município de Piúma, não se trata de uma idéia nova. O mutirão já havia ocorrido em gestão anterior, porém agora com mais vigor e com modelagem diferente (antes a população sedia o material).



Figuras 1 e 2. Mutirão comunitário no bairro Morro dos Baianos

Fotos: Tarcísio Oliveira. A Gazeta Online. 07 de dez. 2010.

Buscamos neste trabalho discutir, à luz da Teoria dos Jogos e da Escolha Racional (TER), as motivações que levaram os indivíduos a participarem do mutirão em parceria com o poder público local.

Para análise do estudo de caso foram realizadas entrevistas quantitativas e qualitativas aos moradores da comunidade do Morro dos Baianos. As entrevistas foram realizadas à pouco mais de 20 moradores chefes de domicílio. Essa amostragem aleatória compreende cerca de 10% dos domicílios da comunidade.

3. O Dilema da Ação Coletiva: um estudo de caso sob as contribuições das Teorias dos Jogos e da Escolha Racional

Este artigo parte do pressuposto de que embora a ação coletiva trata-se de uma ação comum que visa atingir fins partilhados, não significa que tais ações não sejam motivadas por interesses individuais, que uma vez compartilhados pode levar tais indivíduos agirem conjuntamente na busca do bem comum. Embora tal pressuposto não seja suficiente para explicar todos os tipos de ações coletivas, o consideramos frutífero para a compreensão do presente estudo de caso.

Nessa direção temos a Teoria da Escolha Racional (TER), que tem como premissas o individualismo, a otimização e o egocentrismo. De acordo com a TER embora existam ações coletivas só os indivíduos agem e esses indivíduos, por serem racionais, buscam otimizar seus ganhos, visando seu bem estar.

Um grande representante desse pensamento é Coleman (1990), cujos estudos centram nos indivíduos que compõe o grupo social por considerar ser mais frutíferos para a compreensão de todo o sistema. Por isso Coleman é comumente denominado teórico do ator racional, isso por ter adotado o individualismo metodológico de Max Weber, em contraposição as idéias de Durkheim.

... uma análise interna baseada nas ações e orientações de unidades em um nível mais baixo pode ser considerada mais fundamental, constituindo algo mais próximo de uma teoria do sistema de comportamento do que uma explicação que permanece no nível do sistema (COLEMAN, 1990, p. 4).

Ou ainda:

Para um teórico (...) examinar como um fenômeno ganha existência, é preciso descer do nível macro-social para o nível dos atores, abandonando, pois, o paradigma da análise funcional por um paradigma que (...) contenha atores e uma teoria da ação (COLEMAN, 1990, p.260).

Foi adotado neste artigo o individualismo metodológico, mais precisamente a TER associado à Teoria dos Jogos por acreditarmos em suas colaborações para uma compreensão significativamente dos motivos da cooperação social em mutirões em parceria com o poder público, especialmente o caso em estudo.

Assim como Coleman, estamos conscientes de que as ações humanas têm muitos componentes irracionais (afetivos, tradicionais, moralmente motivadores, etc...). Seu método baseado no individualismo tem sido alvo de muitas críticas, especialmente, recebendo críticas que o acusam de ser simplista. “No entanto, como diz Lafay, os críticos dessa opção metodológica não vêem que autores como Coleman adotam conscientemente uma estratégia reducionista, objetivando” (AQUINO, 2000, p. 21):

... reter o menor número possível de variáveis e representar do modo mais rudimentar suas interdependências a fim de deduzir conclusões fortes sobre a realidade. É, aliás, por essa razão que os construtores de modelos passam geralmente mais tempo pesquisando quais variáveis podem eliminar do que se interrogando sobre quais foram esquecidas (LAFAY, 1997, p. 233-234 *Apud* AQUINO, 2000, p. 21).

De acordo com Aquino (2000, p. 19), Coleman identifica a existência de três elementos básicos nos sistemas sociais. São eles: i) os atores e seus interesses; ii) os recursos necessários para satisfazer esses interesses e; iii) o controle sobre os recursos.

Coleman parte da idéia de que os indivíduos são racionais e buscam atingir seus interesses individuais, mas para isso ele avalia a relação custo-benefício, ou seja, avalia se os custos (como tempo e dinheiro) gastos para a obtenção do bem coletivo serão inferiores aos benefícios para então, se será vantajoso atuar.

Nesta mesma direção, Jon Elster (1994), ao tratar da *Teoria da Escolha Racional* afirma que esta é instrumental, sendo as ações avaliadas e escolhidas como meios mais ou menos eficientes para atingir a um dado fim. Para esse mesmo autor a escolha racional objetiva encontrar os melhores meios para fins dados, sendo uma maneira de adaptar-se

otimamente às circunstâncias.

Ao entrevistar os moradores do bairro do Morro dos Baianos identificamos que tais indivíduos possuíam um dilema e estavam, de certa forma, conscientes da situação. Podemos, ainda que de forma simplista, assim descrever o dilema: o poder público tem a obrigação de pavimentar as ruas, mas há anos vem prometendo pavimentá-las, mas nunca a fizera. Havia agora uma proposta mais concreta para pavimentar as ruas, porém só se fosse por meio da parceria, tendo assim custos significativos. Assim eles estavam diante de uma situação marcada por uma possibilidade incerta que era o poder público, exclusivamente, vir a pavimentar as ruas, cumprindo as promessas anteriores (o que seria a situação ótima); assim como poderiam aceitar a oferta concreta da prefeitura em fazer uma parceria.

Notemos que a situação dos moradores do Morro dos Baianos estava cercada por três situações possíveis: uma *situação ótima*; uma *situação trágica* e; uma *situação subótima*. Em situações como esta, a Teoria dos Jogos corrobora ao fornecer uma parábola recorrentemente utilizada: o “dilema do prisioneiro”.

O “dilema do prisioneiro” é amplamente adotado como colaboradora na compreensão de conflitos entre interesses particulares e interesse comum para casos onde a conduta é racionalmente orientada (REIS, 2000, p. 104). Tal dilema pode ser assim apresentado: dois homens são acusados - sem provas - de um crime e ambos são, separadamente, interrogados na delegacia. Se os dois negarem poderão sair inocentados. Mas se um deles confessar o crime terá sua pena reduzida pela metade enquanto que o outro será condenado a pagar toda a pena. A incerteza de que o comparsa irá negar as acusações, levará o indivíduo racionalmente optar por uma situação mais certa: confessar o crime e ter sua pena reduzida. Assim a situação subótima (a pena reduzida) será escolhida por ser a situação ótima (ser inocentado) duvidosa, podendo acabar sendo condenado a pagar a pena completa (a tragédia).

Aí, dois indivíduos que têm a possibilidade de ganho conjunto através da adoção de determinada linha de ação inscrita entre as alternativas que deparam são levados, dado os estímulos existentes à ação guiada pelo interesse particular, a adotar racionalmente estratégias que redundam em desastre para ambos (REIS, 2000, p. 105).

No caso do dilema que envolvia os moradores do Morro dos Baianos, a *situação ótima* seria a Secretaria de Obras realizar a pavimentação do bairro, como já havia prometido anteriormente. Assim teria os moradores um benefício com custo reduzido (limitado as obrigações fiscais). O problema é que tal *situação ótima* era incerta e poderia se desfechar em

uma *situação trágica*.

A *situação trágica* seria a não realização da pavimentação das ruas do bairro. Mas havia uma terceira possibilidade, essa com maiores garantias, porém com maiores custos aos moradores.

Essa terceira possibilidade estaria em situação intermediária as duas situações anteriores apresentadas. Tratava-se da realização da pavimentação das ruas do bairro por meio de parceria entre comunidade e poder público local, como já apresentado. Essa seria a situação *subótima*, pois é marcada por maiores custos, diferentemente da *situação ótima*, e pela certeza da realização, diferentemente da *situação trágica*.

Poderiam os indivíduos não participar da ação coletiva por não ser a sua lógica compatível com a lógica da ação coletiva. Boudon afirma que:

A comunidade de interesse, mesmo sendo um dado evidente para todos, não basta para provocar a ação comum que permita promover o interesse de todos. A lógica da ação coletiva e a lógica da ação individual não são a mesma coisa (BOUDIN, 1979, p. 37).

Elster ainda aponta que “a teoria da escolha racional pode falhar através da indeterminação” (ELSTER, 1994, p.49). Para ele existem duas formas de indeterminação: i) pode haver mais de uma ação que sejam igual e otimamente boas e; ii) pode não haver nenhuma ação que seja ao menos tão boa como todas as demais. “Quando a escolha racional é indeterminada, algum outro mecanismo deve preencher a brecha” (ELSTER, 1994, p.53). Elster aponta que este outro mecanismo pode ser o princípio de “satisfazer”, ou seja, escolher algo que seja suficientemente bom, mesmo não sendo a escolha ótima. Desta forma, podemos levantar duas hipóteses: i) o indivíduo pode participar do mutirão por julgar ser a melhor escolha a ser feita; ii) o indivíduo pode escolher não participar por acreditar que existem outras opções tão boas ou melhores do que participar do mutirão.

Quais teriam sido as motivações para que a ação social ocorresse no Morro dos Baianos? Por que então os indivíduos da comunidade optaram pela *situação subótima*? Estariam os indivíduos motivados pela escolha racional marcada pela avaliação custo-benefício? Elster (1994) aponta que tal escolha não se caracteriza como um mecanismo infalível.

Um indivíduo racional escolhe com base em suas crenças que lhe indicam a “melhor escolha”. Ou seja, o processo pode ser racional, mas mesmo assim não atingir a verdade. “A crença é uma relação entre uma crença e aquilo sobre o que é a crença” (ELSTER, 1994,

p.41). Teria os indivíduos da comunidade realizado a escolha errada? Aceitar a pavimentação por meio do mutirão não seria uma atitude alienada? Não deveriam despende suas forças para pressionar o poder público local a cumprir com suas promessas? Não estaremos nos aprofundando em tais julgamentos, apenas gostaríamos de apontar que, de acordo com Ester (1994), existem basicamente três perigos na escolha racional: i) a existências de poucas evidências para efetivar a escolha ótima; ii) a demora para a tomada de decisão – devido a busca de evidências – pode tornar a escolha atemporal, ou seja, a ocasião para agir pode ter passado (como no caso de um médico que deve decidir se opera ou não seu paciente. A demora pela busca por evidências para basear a sua decisão pode levar tal decisão não ser mais necessária, no caso de o paciente não agüentar esperar e vir a óbito) e; iii) quando a deliberação possuir um custo muito elevado ao comparado com os resultados da escolha (o caso de uma criança que deverá esperar pela decisão judicial para saber se vai morar com seu pai ou sua mãe. O custo – problemas psicológicos, por exemplo – pago por ela pode ser superior ao benefício da decisão, mesmo que em condições ótimas).

Buscamos identificar se os perigos apresentados por Elster (1994) se manifestaram nos mutirões em estudo. Apenas “a existências de poucas evidências para efetivar a escolha ótima” foi observado. Apenas 55% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento do projeto antes de sua aplicação e 50% deles afirmaram que o projeto poderia ser diferente. Talvez, como nos afirmaram alguns moradores, se a população soubesse que não iria ser feito as galerias de escoamento da água da chuva, teria pressionado o poder público local para que modificasse o projeto.

Para North (1990) os indivíduos realizam suas escolhas com base em “modelos subjetivamente derivados que divergem entre indivíduos, e a informação que os atores recebem é tão incompleta que na maioria dos casos esses modelos divergentes não mostram nenhuma tendência para convergir”.

De acordo com as entrevistas realizadas aos indivíduos da comunidade, identificamos que alguns dos perigos apontados por Elster e North estiveram presentes no processo de decisão da comunidade. São eles: i) a existências de poucas evidências para efetivar a escolha ótima: poucos moradores tiveram acesso às informações de que a prefeitura havia aprovado um orçamento relativamente elevado destinado à pavimentação de ruas, o que seria um indicador forte de que com parceria ou não da comunidade a obra seria realizada; ii) a demora para a tomada de decisão – devido a busca de evidências – poderia tornar a escolha atemporal: os obras estavam previstas para o fim do ano de 2010 e o ano de 2011. Uma demora em aceitar a proposta poderia fazer com que o cronograma fosse preenchido pela demanda de

outros bairros.

A lógica racional apontada por Elster (1994) está centrada no conceito “agir racionalmente”, sendo este fazer o melhor para si mesmo. Por isso, partindo do pressuposto apresentado por Elster, participar do mutirão teria sido, se os indivíduos agiram racionalmente, uma prática para seu benefício próprio.

Como já apresentado, a TER tem como princípio o individualismo, a otimização e o egocentrismo. Estariam essas três características presentes nessas comunidades? Para buscar atingir uma resposta satisfatória realizamos algumas perguntas aos entrevistados objetivando identificá-las. Algumas das perguntas e os resultados mais interessantes são apresentados na tabela 1:

TABELA 1: Principais resultados encontrados ligados a averiguação de princípios individualistas, de otimização e de egocentrismo¹.

Pensando na qualidade dos serviços públicos, o valor dos impostos que o/a sr/a paga é?	Atualmente o/a sr/a participa de algum grupo ou organização?	Pagou o IPTU de 2010 e de 2011?	Nos últimos anos, o/a sr/a tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?
90% responderam que considera muito alto ou alto	40% afirmaram que não participam de nenhum tipo de associação ou grupo. Dentre os 40% que responderam que participam. 50% deles é de organização religiosa e afirmaram que se limitam a participar dos cultos/missas.	Apenas 20% afirmaram que sim.	Apena(s)(digitar) 55% afirmaram que sim

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas entrevistas realizadas. ¹Alguns entrevistados não quiseram ou não souberam responder.

A partir da tabela 1, observamos alguns indicadores ligados aos princípios individualistas, de otimização e de egocentrismo, como apontado pela TER. Notamos que maior parte dos entrevistados não paga IPTU (importante destacar que todos afirmaram serem donos legais dos imóveis onde residem), buscando assim maximizar seus benefícios. Embora não pagam o IPTU, 90% deles o consideram abusivo. Foi possível observar que tais moradores, em sua grande maioria, não se engajam em questões coletivas relacionadas à busca de provimento de bens públicos. Pouco mais da metade (55%) já haviam realizado algum tipo de ação coletiva para solucionar problemas de sua comunidade. Tais resultados nos

forneem um forte indício de que tais atores sociais agem segundo os princípios apontados pela Teoria da Escolha Racional.

Com relação à colaboração da Teoria dos Jogos para a compreensão do presente estudo de caso, recorreremos a argumentação de North. Para esse autor “a cooperação é difícil de se sustentar quando o jogo não se repete (ou tem um fim), quando falta informação sobre os outros jogadores e quando há um grande número de jogadores”. A situação dos moradores do Morro dos Baianos era de um jogo repetido, onde promessas de pavimentação das ruas eram realizadas anualmente pelos políticos locais, porém não cumpridas. Havia agora um novo jogo cujas regras não estavam ainda claras devido ser a primeira rodada.

Os moradores, conhecendo o jogo anterior optaram em apostar no novo jogo, embora a participação social não fosse tão fácil e simples de ser mobilizada. Identificamos que a comunidade era composta por grupos com perfis diferentes em relação ao engajamento participativo. Elster (1994) colabora com este trabalho apontando que acredita que maior parte da cooperação é devida a motivações não-egoísticas de uma espécie ou de outra (ELSTER, 1994, p. 159). Para Elster, as motivações para a participação são variadas e coexistem e reforçam umas as outras. Para tanto ilustra o que acredita ser um caso típico de ação coletiva: os envolvidos da ação coletiva (os não-egoístas) são os kantianos, caracterizados por querer fazer aquilo que seria melhor se todos o fizessem. Outro grupo seriam os utilitaristas, marcados por desejar prover o bem comum. Por fim, afirma Elster que alguns são motivados pela norma de equidade, ou seja, “não querem andar de carona na cooperação dos outros, mas também não querem cooperar quando poucos outros o fazem” (ELSTER, 1994, p. 159).

Para Elster (1994, p. 159), nunca há muitos Kantianos, mas se o número de utilitarista for significativo, isso motivaria os Kantianos a agirem e conseqüentemente os que são motivados pela norma de equidade acabam participando. A ilustração de Elster corrobora, ainda que de forma limitada, para a compreensão do caso em estudo. Observamos que o número de indivíduos da comunidade do Morro dos Baianos que deram início a busca de parceria (identificados como utilitaristas) era pequeno em relação ao tamanho da população do bairro, mas foi suficiente para motivar os demais Kantianos e aqueles motivados pela norma de equidade. Embora observado tal situação, não é possível afirmar que o grupo que tomou a iniciativa seja altruísta. Por que desejariam estes promover o bem comum? Seriam altruístas ou movidos pela racionalidade em busca de benefícios individuais?

Segundo Boudin (1979, p. 44), a participação pode ser um prazer em si mesma, para quebrar o tédio cotidiano ou dar ao ator um sentimento de importância. No caso em estudo,

foi observado que aqueles que não se enquadravam nas classificações de Elster (1994), a saber, Kantianos, Utilitaristas e os movidos pela regra da equidade, teriam participado por lazer, uma vez que tal prática não é tão comum na comunidade. Como disse um dos entrevistados: “Tudo era festa. Havia muita gente”.

John Elster (1994, p. 159) aponta que “várias motivações coexistem e reforçam umas às outras”. Para ele, “um erro mais sutil é acreditar que cada instância da cooperação pode ser explicada por uma motivação”.

Mas quais seriam os fatores colaboradores para o engajamento dos indivíduos não altruístas? Mancur Olson, na obra *Lógica da Ação Coletiva* (1990), buscou explicar o comportamento de indivíduos racionais que se associam para a obtenção de algum benefício coletivo. Sua pretensão foi apresentar uma alternativa à teoria tradicional de grupo. É importante notar que seu objeto de estudo é o comportamento de indivíduos racionais, tendo estes o objetivo de obter benefícios coletivos que se convertam em vantagens individuais.

Olson se apóia no conceito de benefício coletivo como um “benefício indivisível”, ou seja, aquele que uma vez consumido por um grupo não pode ser negado a uma pessoa deste grupo, mesmo que este não tenha se dedicado em sua obtenção.

Segundo Olson (1990), o interesse comum dos membros de um grupo pela obtenção de um benefício coletivo nem sempre é suficiente para levar cada um deles a contribuir para a obtenção desse benefício. Existem circunstâncias onde o indivíduo do grupo sabendo que o benefício coletivo não lhe será negado, independentemente de sua participação ou não (por se tratar de um bem coletivo), tenderá a se escusar, a fim de ampliar seu bem estar, deixando que os demais paguem pelos custos de sua obtenção. Assim reduz à zero o seu custo (o que convencionalmente é chamado de “*free rider*” – bilhete gratuito) e desfruta do benefício gerado. Seguindo esse raciocínio cada um dos membros do grupo estaria tentado a deixar aos outros o cuidado de pagar pelos custos da ação coletiva.

Torna-se evidente, nas condições apresentadas por Olson, que a pura expectativa generalizada acarretará um “efeito perverso” (Boudon 1977): com efeito, se todos os membros optarem pela estratégia do *free rider*, o bem coletivo deixará de ser obtido. A decisão de todo indivíduo racional sobre se irá ou não contribuir para a obtenção do benefício coletivo depende, na concepção de Olson (1990), das seguintes condições: os custos da ação devem ser inferiores aos benefícios alcançados, uma vez que a participação do grupo na ação coletiva implica, para cada um dos membros do grupo latente, certos custos, como tempo, dinheiro, etc.

Outro fator, apresentado por Olson (1990), que influencia na ação coletiva é o

tamanho do grupo. Olson argumenta que grupos menores tendem a ter maior adesão de seus membros, isso se dá por vários fatores, entre eles ao fato de o benefício ser dividido por um número igualmente reduzido de participantes, sendo o benefício recebido significativo a cada membro. Para ele, grupos grandes são mais susceptíveis a não atingirem seus objetivos, isso ocorre por ser o benefício diluído a tal ponto que os custos da participação se excedem aos benefícios alcançados, desestimulando o indivíduo. Outro motivo se dá pelo fato de que a não participação do indivíduo não apresenta grande impacto sobre o resultado, como geralmente ocorre em grupos pequenos. Assim, grupos grandes tendem a ter indivíduos não atuantes, mas que serão beneficiados pelos resultados, uma vez que se trata de benefícios coletivos, daí a necessidade de algum tipo de coerção sobre o não-participante ou proporcionando benefícios exclusivos – incentivos coletivos - para aqueles que participarem da ação. Um oferecimento paralelo de bens individuais, não necessariamente materiais, será um meio para estimular os recalcitrantes.

As dificuldades existem não apenas devido ao tamanho do grupo, mas também da relação custo-benefício (HARDIN, 1982 *Apud* NORTH, 1990, p. 13), como já apresentado por meio do “Dilema do Prisioneiro”, além da existência ou não de coercitividade.

North (1990, p. 14) levanta uma indagação chave para esse estudo: “sob que condições a cooperação voluntária pode existir sem a solução Hobbesiana da imposição de um Estado coercitivo para criar soluções cooperativas?” Ele destaca que historicamente, “o crescimento das economias ocorreu dentro da moldura institucional de políticas coercitivas bem desenvolvidas”. Compreender a motivação dos atores é algo mais complicado do que se presume a teoria que trata do tema.

Para North (1990) é importante destacar o papel das instituições nas escolhas dos indivíduos, pois elas alteram o preço pago pelos indivíduos e embute suas idéias, ideologias e dogmas, podendo influenciar nas escolhas dos indivíduos. Cabe igualmente destacar que, o ambiente é utilizado pelo indivíduo a fim de entender as circunstâncias que podem interferir/determinar suas escolhas. Outro ponto importante para a tomada de decisão, segundo North, é o processamento incompleto de informações. Para North “essa incerteza não só produz comportamento previsível, como também é a fonte subjacente das instituições”. Devido tal situação são criadas as instituições que têm o papel de reduzir as incertezas envolvidas na interação humana.

No caso da ação coletiva realizada no Morro dos Baianos, a Associação dos Moradores foi uma peça fundamental para o início do processo. Tal associação vem atuando há alguns anos sobre os moradores buscando influenciar os moradores a participarem de ações

coletivas. Frente à incerteza, a Associação de Moradores desempenhou o papel de “assegurador” de que a ação seria realizada até o final, pois essa, acreditavam os moradores, estaria na incumbência de cobrar a contra-partida do poder público, bem como um maior engajamento da comunidade.

Para North (1990, p. 15) é a “a medição mais o alto custo da aplicação que juntos determinam o custo de transação”. Os custos são agravados pela falta de informação, uma vez que o indivíduo terá que despende maiores custos com o policiamento dos agentes e da criação de códigos de condutas internamente aplicados ou sanções sociais ou ainda a existência de uma terceira parte coercitiva. No caso da ação coletiva desenvolvida no Morro dos Baianos, essa responsabilidade ficou a encargo da Associação dos Moradores.

Destaca este mesmo autor que “sem constrangimentos institucionais, o comportamento egoísta vai impedir trocas complexas, devido à incerteza que a outra parte vai encontrar em seu interesse na aplicação do acordo” (NORTH, 1990, p. 17). Por isso que destacamos aqui o papel da Associação dos Moradores do Morro dos Baianos. Para North (1990, p. 17) “todas as sociedades, da mais primitiva à mais avançada, as pessoas impõem constrangimentos umas às outras de forma a estruturar suas relações com os outros”, uma vez que os constrangimentos reduzem os custos da interação humana, o que foi importante para que todos os moradores se envolvesse no mutirão.

É certo que outros tipos de constrangimentos foram importantes para a coesão da comunidade em torno do mutirão. Aponta North (1990, p. 13) que existem regras informais eficazes na ordenação social, e conseqüentemente, na produção de um ambiente propício à trocas econômicas. Para ele “constrangimentos informais também são características sutis das economias modernas”. Tais constrangimentos informais são frutos da cultura/história dos indivíduos e desempenhará um papel de grande importância. Incentivos morais e "solidários" desempenham, na realidade, um papel importante na emergência da ação coletiva. Agir coletivamente em uma coletividade, em que predominam os laços e redes de solidariedade, confiança e de amizade pode constituir uma obrigação moral para o indivíduo, podendo tornar-se igualmente, para ele, um prazer. Sob estas condições, é a não participação que será custosa, pois que poderá pôr em questão a imagem e a estima que o indivíduo tem de si próprio. Para Oberschall (1973) a ausência de laços e a decomposição das redes de interação são obstáculos importantes à mobilização. (ou não incentivo a participação)

Uma indagação inicial realizada nesse artigo era: os indivíduos tendem a participar de ações coletivas, especialmente se tratando de bens públicos? A fim de buscar uma resposta para esta pergunta, perguntamos aos moradores: “se um projeto da comunidade não lhe

beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, o sr. contribuiria para este projeto?” Notamos que 95% dos entrevistados responderam que ajudariam nessa nova ação coletiva. Mas ao perguntar: Nos últimos anos, antes desse mutirão, o sr. tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas? Identificamos que 55% afirmaram que sim. Confrontamos esses dois resultados e chegamos à seguinte indagação: Por que todos se apresentam dispostos a participar de uma ação coletiva para provimento de bens públicos, mas pouco mais da metade dos entrevistados já havia anteriormente participado de uma ação coletiva dessa natureza?

Recorrendo a Mancur Olson, poderíamos afirmar que “por se tratar de bens públicos quase metade dos entrevistados não havia participado?” A resposta parece ser positiva. Mas como explicar a resposta de que eles se dispõem a participar de uma futura ação coletiva? Talvez Olson esteja certo, porém não previu o que Putnam apontou: a ação coletiva quando bem sucedida gera “Capital social”³. Não nos portaremos ao conceito de Capital Social e suas contribuições por não ser o foco desse trabalho compreender a ampliação do estoque de confiança e de regra de reciprocidade que envolve tal conceito.

Ao buscar identificar se os entrevistados se arrependeram de ter participado do mutirão foi constatado que todos os entrevistados afirmaram não ter se arrependido.

Em entrevista desestruturada aos moradores, observamos que todos estavam satisfeitos com a ação coletiva. Na pesquisa quantitativa identificamos que 50% dos entrevistados afirmaram não estarem satisfeitos com o resultado material. Notamos que a satisfação em ter agido coletivamente para minimizar um problema da comunidade foi superior à satisfação do resultado material, uma vez que, apontaram os entrevistados, o projeto de execução realizado pela Prefeitura deveria ser diferente. A maior reclamação estava relacionada ao fato de tais ruas serem pavimentadas sem sistema de drenagem.

Afirmam os teóricos da TER que os indivíduos tendem a maximizar seus benefícios, mas quando não é possível alcançar uma situação ótima, ao menos buscam uma situação boa. Tal apontamento teórico foi observado no presente estudo de caso. Os moradores afirmaram que a pavimentação das ruas deveria ser realizada exclusivamente pelo poder público, uma vez que existem os impostos para isso: essa seria a situação ótima. Mas como existia a incerteza de que a pavimentação seria realizada, optaram em aceitar a parceria e garantir a realização da obra: a situação subótima.

Um ponto identificado nesta pesquisa esteve relacionado ao tamanho dos grupos

³ Para aprofundamento do conceito de Capital Social ver HIGGINS, Silvio Salej. Fundamentos Teóricos do Capital Social. Chapecó, Argos, 2005.

envolvidos. Os entrevistados apontaram a facilidade de coordenar o mutirão devido ao pequeno grupo (apenas os moradores diretamente beneficiados). Mas, ao contrário do que afirma Olson, a facilidade para a participação de todos não esteve ligado apenas ao fato de o indivíduo ser coagido pelos demais, ou por ser fiscalizado de perto, embora a Associação dos Moradores tivesse desempenhado esse papel. O que foi identificado é que a participação gerou participação, ou seja, tendo a certeza da participação dos demais o indivíduo se via em um jogo de cartas abertas: não tendo desertores, criou-se uma sinergia em torno da participação. Assim, as contribuições de John Elster foram fundamentais para compreendermos o estudo de caso: os indivíduos Utilitaristas e Kantianos foram fundamentais para catalisar a participação dos indivíduos que só agiriam se todos participassem (esses em maior número na comunidade).

Ao ver o jogo se processando de forma clara, os moradores se sentiram seguros em participar, pois estavam certos da inexistência de “caronas”.

O dilema do prisioneiro e o princípio da racionalidade colaboram para que compreendêssemos parcialmente o fenômeno social em estudo, embora apresentando algumas limitações explicativas, como não nos possibilita compreender as motivações emotivas e culturais que levam os indivíduos a participação em ações coletivas.

4. Considerações Finais

Podemos afirmar que o presente trabalho, embora esteja limitado a um estudo de caso muito particular, fornece alguns apontamentos para a compreensão das ações coletivas de forma geral.

Este artigo se enquadra no primeiro momento de uma pesquisa classificada por Coleman como o “momento inteiramente situado no nível micro, onde se dá a compreensão das ações sociais praticadas por indivíduos”, mas que nos indica um caminho para o “momento de transição do nível micro para o nível macro, onde se expõe como eventos individuais podem resultar em mudanças sociais”.

No caso em estudo, interesses individuais se converteram em interesse coletivo, o que possibilitou a ação coletiva. Mesmo se tratando de ações motivadas por interesses individuais compartilhados, tal comunidade agiu a fim de obter um ganho coletivo. Embora não tivesse sido a situação ótima, ao optar por pagar por alguns custos, tal comunidade solucionou um problema antigo de infraestrutura.

Foi identificado que tal ação conjunta criou condições para uma posterior ação social.

Assim, observamos que ações racionais individualistas movidas por interesses que se repetem podem gerar uma sinergia capaz de proporcionar condições para futuras ações sociais. Parece que nesse caso, o jogo repetitivo fornece maior segurança para a participação dos indivíduos.

Como já apontado por Coleman, a TER não nos possibilitou compreender todas as ações humanas identificadas ou não nos mutirões em estudo, como as relações movidas por afetos, por costumes tradicionais ou por questões morais. Embora a TER apresente limitações referentes a situações altruístas ou motivadas por ações não racionais, ela apresentou-se bem instrumental, como já apontava Elster (1994) para que efetivássemos o presente estudo de caso.

Identificamos que a racionalidade dos indivíduos os levou a buscar um ganho subótimo, uma vez que a solução ótima seria o poder público, tão somente, prover a pavimentação. Devido à observação da repetição do jogo (todo ano é prometido pelo poder público tais pavimentações, as quais não se materializam), julgaram melhor propor uma parceria à Secretaria de Obras do município para a realização de mutirões (solução subótima). Para que tal ação fosse efetivada observamos que os Utilitaristas, seguido pelos Kantianos, foram importantes para iniciar o novo jogo, dando maiores garantias de que o mutirão iria ser realizado. A Associação dos Moradores também colaborou ao tomar a função hobbesiana de exercer coerção sobre os moradores, mas principalmente sobre o poder público local.

Acreditamos ter satisfatoriamente atingido os objetivos da presente pesquisa, bem como, foi possível levantarmos algumas questões para futuras pesquisas, como identificar se tais parcerias geram uma sinergia participativa que possa se ampliar à outras áreas da política local e quais os fatores motivacionais da adesão à participação quando estes estão baseados nos costumes e questões morais.

5. Referências Bibliográficas

AQUINO, Jakson Alves de. *As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu*. Revista Humanidades e Ciências Sociais, vol. 2 nº 2. 2000.

BOUDON, Raymond. *Efeitos perversos e ordem social*. Trad. Analúcia T. Ribeiro. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

COLEMAN, James Samuel (1990). *Foundations of social theory*. Harvard University Press, 1994.

ELSTER, Jon. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Tradução de Antônio Transito. Rio

de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

OBERSCHALL, Anthony. *Social conflicts and social movements*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.1973.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo. Edusp, 1999.

PIÚMA, Prefeitura Municipal de Piúma [entrevistas a representantes do Executivo de Desenvolvimento Municipal].